

# **Novas Perspectivas no Ensino de Língua Portuguesa: o trabalho com gêneros textuais**

**Cristian Wagner de Souza\***

**RESUMO:** Neste artigo, busca-se uma reflexão sobre as novas perspectivas ao ensino/aprendizagem da língua materna, destacando-se, sob a ótica dos gêneros, a importância do trabalho com textos.

**Palavras-chave:** Linguagem, Língua Portuguesa, Texto, Gêneros, Letramento.

## **Introdução**

As transformações econômicas e culturais, o dinamismo do mercado de trabalho e a revolução causada pelo desenvolvimento tecnológico, principalmente nos últimos vinte anos, causaram inúmeras e profundas mudanças na sociedade brasileira e mundial. Esse novo cenário global também atingiu as instituições de ensino que se viram obrigadas a reavaliar sua postura e seu papel no mundo contemporâneo, bem como reorganizar a composição dos currículos e dos conteúdos abordados pela escola tradicional.

No ensino de Língua Portuguesa, disciplina priorizada neste texto, as referidas transformações foram (e são) extremamente impactantes. As novas demandas surgidas conferiram à leitura e à escrita importância nunca antes alcançada; todavia, em um mundo no qual a aquisição de informação torna-se um diferencial significativo, não basta mais somente aprender a ler e a escrever, é preciso ir além, fazer uso da língua como prática social, um “instrumento” que nos permite interagir e nos situar em nossa vida cotidiana. Para tanto, faz-se necessário que os referenciais pedagógicos visualizem o ensino escolar como um processo contínuo de apropriação das práticas sociais, as quais se manifestam através de textos (verbais e não-verbais) que transitam nos diversos espaços públicos e formais.

## **Linguagem: visão sociointeracional**

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais – Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental/Língua Portuguesa (PCNLP):

O domínio da linguagem, como atividade discursiva e cognitiva, e o domínio da língua, como sistema simbólico utilizado por uma comunidade linguística, são condições de possibilidade de plena participação social. Pela linguagem os homens e as mulheres se comunicam, têm acesso à informação, expressam e defendem pontos de vista, partilham ou constroem visões de mundo, produzem cultura. (BRASIL, 1998, p.19).

Em Brandão (2002), encontramos uma perspectiva semelhante, pois, de acordo com a autora, a linguagem é considerada um “elemento de mediação necessária entre o homem e sua realidade e como forma de engajá-lo na própria realidade” (p.12). Segundo a pesquisadora, a linguagem - identificada como lugar de conflito e de confronto ideológico - não deve ser estudada fora do ambiente social, haja vista que sua constituição dá-se através de processos histórico-sociais.

Em outro documento apresentado pelo Ministério da Educação (MEC), os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), a linguagem é vista como “a capacidade humana de articular significados coletivos e compartilhá-los, em sistemas arbitrários de representação, que variam de acordo com as necessidades e experiências da vida em sociedade” (BRASIL, 2000, p. 5). Dessa forma, podemos atribuir à língua a responsabilidade de construção e “desconstrução” dos significados sociais, o que nos leva a situá-la no emaranhado das relações humanas, nas quais se insere o educando.

Destarte, sob o ponto de vista das novas perspectivas relacionadas ao ensino/aprendizagem da língua materna, podemos inferir que se torna vital a elaboração de propostas metodológicas que considerem as linguagens não somente como formas de comunicação e expressão, mas como “ferramentas” que auxiliam na significação e na formação de conhecimentos e valores, visto que são elas as responsáveis pela concreta manifestação ideológica dos indivíduos e dos grupos sociais.

### **Perspectivas ao Trabalho com Textos**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/96, ao vincular a educação ao trabalho e ao exercício da cidadania, estabeleceu uma nova dinâmica à prática escolar. As propostas de reformulação do ensino básico trouxeram à tona a necessidade de um currículo direcionado à formação de sujeitos participativos e reflexivos, cidadãos atuantes com potencial transformador; sujeitos com discernimento para refletir sobre si e sobre o outro, sobre os diversos cenários, enfim, um sujeito plenamente consciente de sua dimensão social.

No caso da Língua Portuguesa, essas tendências foram responsáveis por sensíveis mudanças, houve um reposicionamento das práticas até então difundidas. Um exemplo disso pode ser notado na nova Proposta Curricular do Estado de São Paulo (PCSP), publicada em 2008; de acordo com essa publicação, ao considerar as determinações previstas na LDB, o estudo da língua já não pode ser pensado de modo fragmentado, limitado à decodificação de conteúdos descontextualizados, com exercícios (mecânicos e repetitivos) centrados na gramática normativa e na mera reprodução de idéias.

A reforma curricular estabelecida contribuiu para o surgimento de um “ensino da língua organizado a partir de duas vias inseparáveis: como objeto e como meio para o conhecimento” (SÃO PAULO, 2008, p. 42).

Esse reposicionamento contribuiu decisivamente para o surgimento de propostas inovadoras, as quais voltadas à língua como atividade interativa. Isso possibilitou a implementação de trabalhos direcionados ao estudo do texto nas diversas situações de interação social.

### **O Texto sob a Perspectiva dos Gêneros**

Texto (do latim *textus*, tecido) é toda construção cultural que adquire um significado devido a um sistema de códigos e convenções: um romance uma carta, uma palestra, um quadro, uma foto, uma tabela são atualizações desses sistemas de significados, podendo ser interpretados como textos. (Kleiman & Moraes, 1999, p. 62)

Atualmente, os conceitos utilizados à definição de texto, ao contrário do pensamento tradicional difundido pela gramática normativa, orientam-se sob uma visão enunciativa (ou comunicativa) na qual se busca ensinar os usos da linguagem ao invés de análises da língua. Essa orientação fica clara nos PCN+ Ensino Médio (PCN+); o documento trata o texto da seguinte forma: “emprega-se aqui o termo mais amplo, para designar também unidades básicas de outras linguagens além da verbal” (BRASIL, 2002, p. 43). Tal abordagem sugere que o texto seja “compreendido em sentido semiótico, podendo, assim, estar organizado a partir da combinação de diferentes linguagens, não apenas a verbal...” (SÃO PAULO, 2008, p. 46).

Os textos organizam-se a partir de “certas restrições de natureza temática, composicional e estilística, que os caracterizam como pertencentes a esse ou aquele gênero. Desse modo, a noção de gênero, constitutiva do texto, precisa ser tomada como objeto de ensino” (BRASIL, 1998, p. 23).

Para Marcuschi (2003), os gêneros textuais manifestam-se através da oralidade e da escrita, sendo materializados através de situações comunicativas recorrentes. Na visão do autor, são os textos que circulam em nossa vida cotidiana com “padrões sócio-comunicativos característicos definidos por sua composição, objetivos enunciativos e estilo concretamente realizados por forças históricas, sociais, institucionais e tecnológicas” (p. 3 - 4).

Nos PCNLP:

A noção de gênero refere-se, assim, a famílias de textos que compartilham características comuns, embora heterogêneas, como visão geral da ação à qual o texto se articula, tipo de suporte<sup>1</sup> comunicativo, extensão, grau de literariedade, por exemplo, existindo em número quase ilimitado. (BRASIL, 1998, p. 22)

Dentre os inúmeros gêneros que circulam entre nós, podemos destacar: reportagem jornalística, canção, bilhete, receita culinária, curriculum vitae, bula de remédio, e-mail, artigo de opinião etc.

Desse modo, tendo em vista que esses textos são “instrumentos” comuns ao relacionamento das pessoas no dia-a-dia, temos de considerar outro fator de extrema importância na atividade social: o contexto. Quando contextualizamos o conhecimento, as informações transmitidas adquirem sentido mais amplo, o que possibilita maior assimilação dos conceitos abordados.

### **O letramento através dos gêneros**

Pode-se dizer que a palavra letramento foi introduzida ao vocabulário dos profissionais da educação a partir dos anos 80 (século XX). Nessa época, alguns especialistas começaram a fazer uso do referido vocábulo. Temos como exemplo, o livro de Mary Kato, lançado em 1986 – No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística – pela editora Ática. Na realidade, letramento é resultado da tradução da palavra inglesa literacy para o português, todavia, no Brasil, por razões contextuais, o termo adquiriu um significado que difere do inglês.

Para Soares (2006, p. 18), “letramento é, pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita”. Aqui, devemos ressaltar que se

---

<sup>1</sup> Segundo os PCNLP suporte ou portador refere-se a livro, jornal, revista, fita cassete, CD, quer dizer, a artefatos gráficos, magnéticos ou informatizados onde os textos são publicados.

apropriar da escrita não significa apenas aprender a ler e escrever (no sentido de simples atividades de codificação e decodificação); de acordo com a referida autora, essa “apropriação” tem de gerar conseqüências sobre o indivíduo, alterando “seu estado ou condição em aspectos sociais, psíquicos, culturais, políticos, cognitivos, linguísticos e até mesmo econômicos” (p. 18). Trata-se de uma perspectiva que se difere da alfabetização. Segundo Tfouni (2005), a alfabetização se ocupa da aquisição da escrita por um indivíduo, ou grupo; já o letramento tem como foco os aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito por determinada sociedade.

Nos últimos 20 anos, a reformulação e a democratização do ensino básico em nosso país contribuíram positivamente para que um número cada vez maior de pessoas tivesse acesso à escola, o que ocasionou a diminuição do número de analfabetos em todo território nacional. Conseqüentemente, o aumento do percentual de pessoas que sabem ler e escrever tornou a linguagem verbal ainda mais importante nas relações sociais.

Esse cenário, somado ao desenvolvimento tecnológico que possibilita novas formas de comunicação, confere à sociedade do novo milênio características cada vez mais grafocêntricas, o que, por sua vez, remete-nos a uma necessidade de capacitação constante, principalmente no que diz respeito ao uso adequado das diversas linguagens.

Diante desse quadro, torna-se ainda mais relevante às aulas de Língua Portuguesa o desenvolvimento de trabalhos baseados na diversidade de gêneros.

É necessário saber lidar com os textos nas diversas situações de interação social. É essa habilidade de interagir lingüisticamente por meio de textos, nas situações de produção e recepção em que circulam socialmente, que permite a construção de sentidos desenvolvendo a competência discursiva e promovendo o **letramento**. O nível de letramento é determinado pela variedade de gêneros textuais que a criança ou adulto reconhecem. (SÃO PAULO, 2008, p. 43)

## **Conclusão**

Ao longo deste artigo, tivemos a intenção de abordar algumas questões a respeito do trabalho com textos e suas perspectivas ao ensino da língua materna. Para tal, baseamo-nos em publicações oficiais (PCNLP, PCNEM, PCN+, PCSP), em alguns autores consagrados como Brandão (2002), Kleiman & Moraes (1999), Marcuschi (2003), Soares (2006), Tfouni (2005) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) que, conforme nosso entendimento, foi preponderante para difusão de novas idéias sobre o ensino de Língua

Portuguesa, bem como ao “redimensionamento” das demais disciplinas, do currículo e da relação existente entre alunos e professores.

A nova formulação curricular oferece-nos oportunidade ao estudo da língua como uma atividade social, elemento responsável pela interação entre pessoas em determinados contextos. Essa concepção pode ser considerada fundamental para o trabalho com gêneros textuais, pois “implica a compreensão da enunciação como eixo de todo sistema linguístico e a importância do letramento, em função das relações que cada sujeito mantém em seu meio” (SÃO PAULO, 2008, p. 43).

Entretanto, ainda se faz necessário um aprofundamento maior sobre o assunto. Por isso, a intenção deste texto foi motivar os profissionais da área a uma reflexão sobre as novas expectativas ao trabalho desenvolvido na disciplina de Língua Portuguesa nesse início de milênio.

**\*CRISTIAN WAGNER DE SOUZA** é professor com licenciatura em Letras – Habilitação: Português/Inglês e respectivas literaturas.

## Referências Bibliográficas

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 8. ed., Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

BRASIL. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio – Linguagens, Códigos e suas Tecnologias**. Brasília, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **PCN+ Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Linguagens, Códigos e suas Tecnologias**. Brasília, 2002.

KLEIMAN, Ângela B.; MORAES, Silvia E. **Leitura e interdisciplinaridade: tecendo redes nos projetos da escola**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 1999.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **A questão dos suportes dos gêneros textuais** (UFPE/CNPq-2003)  
<http://bbs.metalink.com.br/~lcoscarelli/GEsuporte.doc>. Acessado em: 18 de janeiro de 2009.

SÃO PAULO. **Proposta Curricular do Estado de São Paulo: Língua Portuguesa**. São Paulo: SEE, 2008.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2. ed., Belo Horizonte, Autêntica, 2006.

TFOUNI, L.V. **Letramento e alfabetização**. São Paulo, Cortez, 1995.